

40º Encontro Anual da Anpocs

24 a 28 de Outubro de 2016

ST 28 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas

Diagnóstico, alcance e avaliação das políticas públicas do Programa Brasil Quilombola no município de Pinheiro, Maranhão.

Tadeu Gomes Teixeira e Camila
Alves Machado Sampaio.

Professor e professora da
Universidade Federal do Maranhão.
E-mail: tagote@gmail.com e
camsampaio@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste trabalho¹ foi avaliar o alcance das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas localizadas em Pinheiro, município situado na região da Baixada Maranhense – área de baixos indicadores sociais e uma das maiores concentrações de comunidades quilombolas do país.

Segundo a definição legal expressa no Decreto nº. 4887, de 20 de novembro de 2003, as comunidades quilombolas são grupos com características étnicas e raciais autoatribuídas e que possuem trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada à escravidão.

Segundo os dados oficiais, a estimativa da população quilombola no país era de 214 mil famílias, perfazendo cerca de 1.17 milhão de pessoas (BRASIL, 2012), sendo, contudo, os dados bastante imprecisos e subestimados, o que dificulta o planejamento de políticas públicas e sociais destinadas a esse público (ARRUTI, 2009).

As políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas tiveram como marco o lançamento, em 2004, do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e sua institucionalização com a Agenda Social Quilombola por meio do Decreto 6.261, de 20 de novembro de 2007. A partir disso, quatro eixos prioritários passaram a orientar as ações governamentais: 1) infraestrutura e qualidade de vida, 2) acesso a terra, 3) inclusão produtiva e desenvolvimento local e 4) direitos e cidadania.

Diante disso, o objetivo deste *paper* foi investigar as políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas localizadas no município de Pinheiro, Maranhão. Buscou-se diagnosticar o alcance e avaliar as políticas públicas direcionadas às comunidades.

Empregou-se, para a realização da pesquisa, um recorte de natureza quantitativa e qualitativa, que foram realizados em duas etapas. Inicialmente, verificou-se, a partir dos eixos do Programa Brasil Quilombola, quais políticas chegavam às comunidades. Para isso, elaborou-se um questionário que foi respondido por lideranças de vinte e sete comunidades, das trinta e cinco

¹ A pesquisa que originou este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA).

existentes². Os dados foram tabulados, analisados e apresentados por meio de estatística descritiva. Com isso, vinte e sete comunidades foram visitadas em reuniões com parte dos moradores, previamente agendadas com lideranças locais, no intuito de avaliar o alcance de políticas públicas na localidade.

A segunda etapa da pesquisa foi centrada na administração pública e nas ações desenvolvidas pelos governos estadual e federal. Nesse sentido, a Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial (SEIR) e o Comitê Gestor Estadual do Programa Brasil Quilombola, ambos do Estado do Maranhão, foram acionados e seus representantes entrevistados, assim como representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa etapa foi simultânea à análise de documentos fornecimentos pelos órgãos oficiais.

Para a apresentação da discussão, o *paper* terá três seções, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira seção realiza um resgate das características do Programa Brasil Quilombola. Em seguida, e de forma articulada, analisa-se a programação orçamentária do PBQ no contexto nacional para averiguar o que a disponibilidade e execução orçamentária informam sobre a atuação governamental. Na sequência, analisa-se o PBQ no Estado do Maranhão para, em seguida, verificar e analisar como as ações, programas e projetos, ou sua ausência, repercutem nas condições de vida das comunidades quilombolas da região de Pinheiro, Baixada Maranhense.

2. Políticas públicas direcionadas à população quilombola: o Programa Brasil Quilombola

As políticas públicas destinadas à população negra no Brasil, segundo Domingues (2007), resultam de um quadro delineado desde meados da década de 1980, quando se intensificaram as mobilizações dos movimentos negros e atores sociais envolvidos na luta antirracista. Dessa maneira, a formação de agendas de políticas públicas com recorte racial, de acordo com

2 Não foi possível aplicar o questionário nas trinta e cinco comunidades em razão da dificuldade de acesso à zona rural do município, onde só é possível chegar com caminhonete tracionada, condição que não dispusemos ao longo de todo o trabalho de campo.

Rodrigues (2010), resultou do alinhamento estratégico de diversos grupos negros em demanda, sobretudo, ao poder executivo.

Como desdobramento da mobilização do movimento negro na primeira metade da década de 1990 e, principalmente, a partir da Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e Pela Vida, ocorrida em novembro de 1995, foram traçadas estratégias de luta e mobilização apresentadas no documento intitulado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade, abarcando um conjunto de políticas públicas direcionadas à inclusão do quesito cor nos sistemas de informação governamentais, incentivos fiscais para empresas que adotassem políticas de promoção da igualdade racial e a implantação de ações afirmativas para acesso ao ensino superior (RODRIGUES, 2010).

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para acompanhar e coordenar as políticas de promoção da igualdade racial. Segundo Rodrigues (2010), tem sido demandado dessa Secretaria o cumprimento das políticas propostas no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade, além de compromissos assumidos em Durban, África do Sul, na Conferência Internacional de Combate ao Racismo, em 2001.

Com foco nas necessidades das comunidades quilombolas, foi lançado em 2004 pelo governo federal o Programa Brasil Quilombola. A coordenação do programa era de responsabilidade da SEPPIR, em parceria com 11 (onze) ministérios que compunham o Comitê Gestor do programa. A descentralização da gestão era feita pela articulação com Estados e municípios e pela instituição de Comitês Estaduais – responsáveis pela consolidação dos Planos Estaduais de Ações Integradas do Programa (BRASIL, 2013).

A partir do Programa Brasil Quilombola, instituiu-se a Agenda Social Quilombola por meio do Decreto 6.261, de 20 de novembro de 2007. Com esse decreto presidencial foram definidos quatro eixos prioritários de focalização das políticas públicas destinadas a esse público:

1. Infraestrutura e Qualidade de Vida: destinação de obras de infraestrutura como saneamento básico, eletricidade, habitação etc., e construção de equipamentos sociais para atendimento de demandas de saúde, habitação e assistência social;
2. Acesso a Terra: acompanhamento dos processos de certificação e titulação das comunidades quilombolas;
3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local: apoio ao desenvolvimento produtivo local capaz de garantir a sustentabilidade econômica e social das comunidades;

4. **Direitos e Cidadania:** incentivo a iniciativas de promoção de direitos e garantias das comunidades quilombolas junto a diferentes órgãos do governo, considerando-se questões de acesso às comunidades, grandes obras, conflitos, acesso à água, energia e outros elementos fundamentais.

Assim, programas para regularização fundiária (reconhecimento, demarcação e titulação das terras), para a saúde (Programa Saúde da Família e Saúde Bucal, ações da Fundação Nacional de Saúde visando o abastecimento de água potável e melhorias sanitárias que conduziram ao chamado “PAC Quilombola” etc.), educação, meio ambiente e assistência social foram agregados ao Programa Brasil Quilombola, além de políticas como Luz para Todos, Fome Zero e Bolsa Família, que também foram remanejados e direcionados a esse público.

Ao analisar políticas destinadas a esse público, Arruti (2009) afirma que o propósito do Programa Brasil Quilombola foi coordenar ações dispersas por vários ministérios e setores do governo. A descentralização, assim, é uma marca do programa, evitando-se que só uma instância ou órgão governamental fique com a responsabilidade de atender as demandas desse público.

De acordo com dados oficiais apresentados no Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2012), havia em 2012 um total de 1.948 comunidades reconhecidas pelo Estado brasileiro, das quais 1.834 eram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Em 2013, esse número já chegava a 2.007. No Maranhão, havia 533 comunidades quilombolas, segundo a Fundação Cultural Palmares, das quais 369 eram certificadas³, mostrando já uma dificuldade de acesso à certificação e, conseqüentemente, às políticas públicas e sociais que a exigem.

3. Alcance Orçamentário do Programa Brasil Quilombola: o ocaso de um programa governamental

O Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (BRASIL, 2013) informa que a pauta das comunidades foi incorporada ao Planejamento Plurianual do governo federal pela primeira vez no Plano Plurianual de 2004-2007, marcando, simbolicamente, a inclusão do tema nas políticas públicas.

³ Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf> Acesso em 03 jan. 2016.

Para a execução de ações e programas governamentais, há a necessidade de planejamento e aporte anual de recursos pelo governo por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Programa Brasil Quilombola teve sua primeira dotação de recursos na LOA em 2005, recebendo recursos como programa de governo até 2011.

O orçamento planejado e executado do Programa Brasil Quilombola pode ser acompanhado na Tabela 1.

Tabela 1 – Execução Orçamentária do Programa Brasil Quilombola – 2005 a 2014

Exercício	Valor Orçado	Valor Executado	Percentual de Execução
2005	R\$ 30.462.763,00	R\$ 7.134.148,84	23,41%
2006	R\$ 52.034.263,00	R\$ 14.105.671,18	27,10%
2007	R\$ 51.171.234,00	R\$ 8.819.537,32	17,23%
2008	R\$ 71.660.952,00	R\$ 5.096.322,08	7,11%
2009	R\$ 55.871.846,00	R\$ 9.622.138,07	17,22%
2010	R\$ 83.860.371,00	R\$ 23.395.638,21	27,89%
2011	R\$ 55.723.757,00	R\$ 28.705.098,94	51,51%
2012	0	R\$ 3.948.701,8	
2013	0	R\$ 1.544.006,31	
2014	0	R\$ 313.048,56	

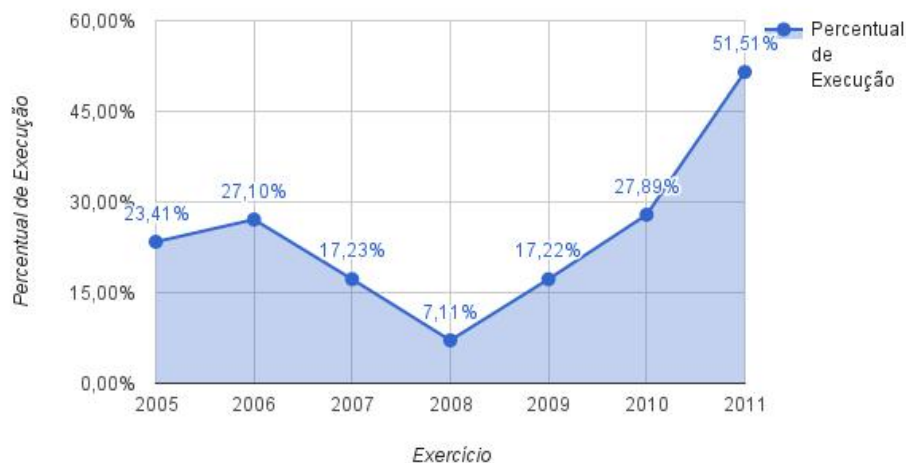
Fonte: Elaboração própria - Dados do Siga Brasil / Senado Federal

Conforme se observa, houve aporte orçamentário para o programa entre 2005 e 2011. Trata-se, portanto, do período em que as ações governamentais consideraram a existência do programa em suas atividades, planejamento, ações e funções de governo.

Verifica-se que os valores orçados, entre trinta e oitenta e três milhões de reais, não foram executados na íntegra. Pelo contrário, o único ano em que houve uma maior execução do orçamento do programa foi no exercício de 2011, quando a execução atingiu o pico de 51,51%, como mostra a Figura I.

Além disso, constata-se que o programa deixou de ter aporte orçamentário a partir do Plano Plurianual de 2012, não havendo, desde então, a inclusão orçamentária do programa na lei orçamentária anual, o que significa que o programa foi extinto no Plano Plurianual Brasil Maior. Entre 2012 e 2014, os únicos recursos ainda vinculados ao PBQ foram de restos a pagar, ou seja, gastos empenhados e assumidos pelo governo federal em anos anteriores. Com isso, o programa foi descontinuado, extraoficialmente, desde 2012. Em 2013, contudo, a SEPIIR lançou o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, demonstrando um descompasso simbólico entre a extinção de um programa específico para as comunidades quilombolas e a realização de eventos e festividades com os movimentos sociais.

Figura I - Execução do Orçamento do Programa Brasil Quilombola – 2004 a 2014 (Percentual)



Fonte: Elaboração própria – Dados do Siga Brasil / Senado Federal

A baixa execução orçamentária pode ser explicada por fatores políticos – a (não) prioridade governamental com o programa – e operacionais, como a inexistência de planos de trabalhos necessários ao empenho de recursos públicos por meio de convênios com estados e municípios⁴. No entanto, os percentuais de pagamento (execução) mostram que a não prioridade governamental foi decisiva no processo.

⁴ Estudos específicos são necessários, evidentemente, para que tal afirmação seja categórica.

Contudo, tais hipóteses precisam ser testadas. Como se tratava de um programa que buscava articular os três entes da federação na consecução de seus objetivos, faz-se necessário identificar, novamente por meio do aporte de recursos, o orçamento descentralizado para o planejamento e execução do programa.

Ao verificar o repasse de recursos da União para Estados ou municípios, constata-se que isso raramente ocorreu. Os únicos repasses registrados foram em 2008, com R\$ 100.000,00 para o Estado de Sergipe e para o município de Itacaré; duas parcelas de R\$ 300.000,00 para o Estado do Amapá executadas em 2009 e 2010; R\$ 145.432,50 para o Estado do Maranhão em 2011 e R\$ 400.000,00 para a Bahia em 2012. Os percentuais, portanto, foram bem abaixo do montante nacional e ficou concentrado em apenas quatro estados.

A partir de 2012, já com o Plano Plurianual Brasil Maior e com a descontinuidade do Programa Brasil Quilombola, o governo federal incluiu na Lei Orçamentária Anual o programa Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial.

Com isso, esse programa passou a cobrir um amplo leque de ações governamentais que envolvia diversos ministérios e secretarias, mas sem o propósito de coordenar ações destinadas exclusivamente às comunidades quilombolas, como o programa anterior. As ações destinadas às comunidades quilombolas, portanto, tiveram suas programações orçamentárias no bojo geral da programação de “enfrentamento ao racismo” e “promoção da igualdade racial”. Na Tabela II, ao verificar o orçamento para o novo programa, encontra-se a seguinte situação na execução geral dos recursos, isto é, para todas as ações:

Tabela II – Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Ano	Autorizado	Pago	Percentual de Execução
2012	R\$ 105.533.333,00	R\$ 12.805.953,00	12,13%
2013	R\$ 57.766.682,00	R\$ 12.287.676,42	21,27%
2014	R\$ 64.153.000,00	R\$ 22.691.876,36	35,37%
2015	R\$ 86.965.105,00	R\$ 7.588.377,73	8,72%

Fonte: Elaboração própria – Dados Siga Brasil / Senado Federal

Os valores pagos pelo novo programa, em todas as ações realizadas, foram mais baixos que os recursos anteriormente destinados ao Programa Brasil Quilombola. A única exceção foi em 2014, quando o orçamento executado se aproximou do orçamento do PBQ de 2011. Verifica-se, portanto, uma redução drástica nos recursos destinados às políticas públicas com um recorte racial.

A análise pode, ainda, considerar somente os recursos destinados, explicitamente, às comunidades quilombolas. Dentre as ações orçamentárias previstas no programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, destacam-se, por envolverem diretamente comunidades quilombolas, as seguintes: fomento e desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais; fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; reconhecimento, delimitação, desinstrução e titulação de territórios quilombolas; apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para comunidades quilombos e reconhecimento e indenização de territórios quilombolas.

Ao considerar somente os recursos diretamente direcionados a essas ações, tem-se o orçamento mostrado na Tabela III:

Tabela III - Recursos para comunidades quilombolas no Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Ano	Pago	Percentual do Total do Programa
2012	R\$ 7.227.709,78	56,44%
2013	R\$ 11.536.585,96	93%
2014	R\$ 20.118.252,92	88,65%
2015	R\$ 6.818.059,77	89,84%

Fonte: Elaboração própria

Constata-se, a partir dos dados, que os programas envolvendo comunidades quilombolas ficaram com a maior parte dos recursos do programa. Em 2013, o percentual chegou a 93%, o que aponta para a baixa implementação de ações relacionadas às políticas públicas com recorte racial. Não se trata de sobrevalorização, nesse contexto, de políticas voltadas às comunidades quilombolas, mas o reconhecimento necessário que há ações destinadas a esse público com alto custo. Desse montante, foram R\$ 8.668.237,23 direcionados à ação Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, o que pode estar relacionado a indenização de poucos imóveis rurais ou realização de esparsas ações no conjunto da federação.

As reduções orçamentárias tiveram seu ápice em 2015, quando o orçamento pago no âmbito do programa Enfrentamento ao Preconceito e Promoção da Igualdade Racial foi de pouco mais de sete milhões e meio de reais, dos quais quase 90% foram para as comunidades quilombolas, valor baixo para ações, por exemplo, de indenização de imóveis. Trata-se, sob o ponto de vista orçamentário, do ocaso de políticas públicas com o recorte racial ainda no governo da presidente Dilma Rousseff..

Tais aspectos terão, como será apontado nas próximas seções, repercussões nas condições de vida das comunidades.

4. Planejamento e Execução do Programa Brasil Quilombola no Maranhão

No Maranhão, o Comitê Gestor Estadual do PBQ foi criado em 2013, ficando vinculado à Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial, como normatiza o Decreto Estadual nº. 29.486, de 24 de outubro do mesmo ano. Tratou-se de uma implantação tardia do programa, portanto.

O planejamento das ações do Programa Brasil Quilombola são sistematizadas e apresentadas, no âmbito estadual, no Plano Estadual de Ações Integradas. Trata-se do plano de ação, com propostas de programas, projetos e ações para alcançar os objetivos estabelecidos no Programa Brasil Quilombola.

O Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR) do Governo Roseana Sarney, elaborou o referido plano para o período de 2012 a 2015, período em que o PBQ seria implantado e teria suas ações executadas. O ano em que o projeto teve início no Maranhão, contraditoriamente, foi o primeiro ano em que o PBQ deixou de ter o aporte de

recursos na programação da Lei Orçamentária Anual pelo governo federal, o que já indica uma possível não efetivação do programa na esfera estadual. A análise do PBQ no Maranhão foi realizada pelos quatro eixos da agenda social quilombola: acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania.

4.2.1 Acesso a terra

Rodrigues (2010) analisa o Programa Brasil Quilombola a partir da questão fundiária e aponta que esse eixo é estruturante, pois perpassa a maior parte dos interesses e conflitos envolvendo as comunidades quilombolas por comportar um caráter de redistribuição da estrutura fundiária.

Os processos de regularização fundiária, garantidos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentados pelo Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003 e pela Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº 57, de 20 de setembro de 2009, são perpassados por uma série de etapas administrativas que se iniciam com a abertura do processo de regularização do território tradicionalmente ocupado até a titulação das terras em favor das comunidades.

Antes disso, contudo, as comunidades precisam ser reconhecidas (certificadas) como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, momento em que a existência da comunidade é formalmente reconhecida pelo Estado brasileiro. A partir disso, portanto, que o processo administrativo de titulação dos territórios pode ser iniciado por demanda das comunidades. Esse reconhecimento formal do Estado é, inclusive, pré-condição para acesso dos quilombolas às políticas públicas que lhes são destinadas.

Avaliando a dinâmica dos processos de titulação, Rodrigues (2010) destaca que os territórios são importantes para as comunidades por lhes assegurarem a reprodução física e cultural. Para ela (RODRIGUES, 2010, p. 272), os principais problemas na regularização dos territórios estão centrados na gestão eficiente dos recursos orçamentários, nas representações dos interesses das comunidades e na política fundiária, o que ajuda a explicar o descompasso entre o número crescente de comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e o baixo número de comunidades que obtiveram a titulação de suas terras.

No caso do Maranhão, de acordo com o Plano de Ações Integradas (Maranhão, 2011), as ações de regularização do território no Estado deveriam priorizar comunidades em situação de conflito, comunidades em áreas de difícil acesso, comunidades que foram impactadas por grandes projetos e comunidades em situação de carência nutricional.

Segundo a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial, algumas das ações previstas pelo programa já faziam parte das atribuições do órgão: recebimento de denúncias sobre conflitos em comunidades; acompanhamento jurídico; capacitação de lideranças e participação em audiências, além de “reuniões de trabalho para definição de atividades conjuntas” e “assinatura de Termos de Cooperação Técnica”.

De acordo com o relatório de execução do programa (MARANHÃO, 2014), as regiões mapeadas pelo governo estadual com as maiores concentrações de comunidades eram as seguintes: Pericumã, Baixada Maranhense, Litoral Ocidental, Baixo Itapecuru, Lagos e Alto Munim. Destas, 65 eram tituladas, sendo 30 pelo Incra e 35 pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).

As ações planejadas incluíam a regularização, entre 2012 e 2015, de 246 territórios quilombolas, o que ficou orçado em R\$ 9.100.000,00. As ações realizadas, contudo, foram a expedição de 27 títulos de “reconhecimento de domínio” para as associações “ocupantes de terras públicas”. Dessas, apenas 17 estavam inicialmente previstas no plano inicial. Além da baixa capacidade de execução do planejado, o resultado também evidencia que os critérios de priorização foram adotados secundariamente: priorizou-se a regularização de territórios situados em terras públicas e sem histórico de tensões sociais ou conflitos.

O governo do Maranhão se comprometeu no Plano de Ações Integradas a compor orçamento no Plano Plurianual 2012 a 2015 e, somado a repasses acordados com a SEPPIR, executar ações de regularização fundiária. O desempenho, contudo, foi o seguinte:

Quadro I – Programação e Execução Orçamentária do Programa Brasil Quilombola no MA

Programação Orçamentária (Planejamento)			Execução Orçamentária	
Exercício	Valor Estadual	Repasso Federal	Valor Estadual	Repasso Federal

2012	623.400,00	1.454.600,00	60.000,00	Não houve
2013	623.400,00	1.454.600,00	180.000,00	Não houve
2014	623.400,00	1.454.600,00	20.000,00	Não houve
2015	623.400,00	1.454.600,00		Não houve
Total	2.493.600,00	5.818.400,00	160.000,00	00,00

Fonte: Maranhão (2012; 2014) - Adaptado

Como se observa, não houve o repasse de recursos federais para a ação. Estavam previstas, ainda no eixo acesso a terra, a celebração de convênio entre a SEPPIR e organizações de representação das comunidades quilombolas do Maranhão por meio da SEIR, com previsão de aporte de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil), sendo 90% desse montante de responsabilidade da SEPPIR. Contudo, não houve o repasse dos valores pelo órgão federal e nem a manutenção dos recursos pelo governo do Maranhão (MARANHÃO, 2012).

O governo do Estado afirmou, todavia, que foram mantidas as “celebrações de convênios” com a Defensoria Pública da União e do Estado e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconerug).

4.2.2. Infraestrutura e Qualidade de Vida

O eixo Infraestrutura e Qualidade de Vida propunha programas, projetos e ações em diversas áreas para as comunidades quilombolas do Maranhão, como o programa de Educação Quilombola, o Programa Saúde Quilombola, desenvolvimento urbano em comunidades quilombolas (incluía desde pesquisas sobre tipos de residência até ações de saneamento ambiental e acessibilidade) bem como ações na área de infraestrutura, como a melhoria de estradas vicinais, construção de moradias, barragens, cisternas, pontes etc. (MARANHÃO, 2012).

Ao avaliar a execução das ações, contudo, verifica-se que poucas ações foram efetivadas. Sobre a Educação Quilombola, o governo do Estado afirma ter distribuído kits educacionais para as unidades regionais de educação com temáticas de interesse das comunidades e ter investido na formação de poucos professores multiplicadores (104), além da formação direta de

quase 400 professores em diversos municípios do Estado, bem como instituída parceria com a Fundação Roberto Marinho para adoção do Projeto A Cor da Cultura e a reforma de menos de 10 escolas em todo o Maranhão (MARANHÃO, 2014).

Em relação à política de saúde quilombola, as ações informadas pelo governo do Estado foram “ações desenvolvidas [...] com ênfase no cunho educativo e apoio institucional à gestão”, “Roda de diálogo com gestores, profissionais, lideranças quilombolas [...] sobre a implantação da política de saúde do homem”, campanhas e oficinas preventivas e de imunização. Sobre a construção de unidades básicas de saúde, “não houve informações sobre a ação citada” (MARANHÃO, 2014, p. 11).

Concernente às ações na área habitacional, nenhuma ação foi realizada considerando o recorte quilombola, o mesmo ocorrendo em relação à implantação e melhoria da infraestrutura de comunidades quilombolas.

Constata-se, assim, a não efetivação das estratégias planejadas no eixo, bem como a baixa capacidade técnica e gerencial dos órgãos governamentais no Estado, incapazes de dispor de indicadores de efetivação das ações delineadas.

4.2.3. Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva

As atividades do eixo foram separadas em fomento e apoio à produção agrícola e não agrícola, com ações previstas para investimentos na cadeia produtiva, apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar, implantação de sistemas produtivos, assistência técnica e extensão rural, além da implantação do Selo Quilombola. O planejamento inicial e as ações efetivadas estão no Quadro II:

Quadro II – Fomento e apoio à produção de 2012 a 2015

Ação	Meta Física	Meta Financeira R\$	Executado
Investimento na cadeia produtiva	50 projetos	7.900.000,00	Implantação de dois sistemas de irrigação no município de Alcântara, orçados em R\$ 20.204,40 e

			beneficiando 13 famílias
Apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária.	5.700 agricultores	27.100.000,00	
Implantação de sistema produtivo sustentável	7.000 agricultores	7.2	
Assistência técnica e extensão rural	89.000 agricultores	18.8	Emissão de 2.730 DAPs para agricultores familiares quilombolas
Implementação da Rede Selo Quilombola	100 empreendimentos	1.8	

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Maranhão, 2014.

Estavam previstas ainda investimentos para a Juventude Rural Quilombola a fim de desenvolver habilidades e competências por meio da implantação de projetos capazes de promover a cidadania e a disseminação de práticas sustentáveis capazes de assegurar padrões sucessórios. Os recursos estimados previam o montante de R\$ 165.000,00 pelo governo do Estado e R\$ 1.537.500,00 da parte do governo federal.

A ação executada no período foi de Empreendedorismo dos Jovens e Mulheres Rurais, com ações de capacitação de mulheres para atuarem como cabeleireiras especialistas em tranças e outra capacitação de piscicultura para duas comunidades no município de Alcântara. Não houve, da parte do governo federal, repasse de recursos e nem o empenho do governo estadual na implementação de ações.

Foram planejadas ainda ações para promoção de produtos da sociobiodiversidade, apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar, incentivo à piscicultura, reestruturação da assistência técnica e extensão rural. No entanto, não houve o alinhamento das ações governamentais, ao ponto da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial desconhecer quaisquer ações que tenham sido feitas entre 2012 e 2015 nessas áreas (Maranhão, 2012; 2014).

4.2.4. Eixo Direito e Cidadania

Quanto ao eixo Direito e Cidadania, foram previstos um censo em todas as comunidades quilombolas certificadas no Estado do Maranhão, ações de qualificação para fortalecimento do protagonismo das comunidades, implantação do Programa de Proteção a Defensores dos Direitos Ameaçados, inclusão digital de jovens e adultos e a implantação do Balcão de Direitos, que se propunha a prestar atendimento psicossocial e jurídico aos quilombolas.

Constam como ações efetivadas no eixo, segundo a SEIR (MARANHÃO, 2014), a realização de oficinas sobre a valorização da temática étnico-racial, a realização de diagnóstico acerca do acesso a políticas públicas em 17 comunidades em diversos municípios do Estado, capacitação de lideranças para elaboração de histórico da comunidade para solicitação de Certificado à Fundação Palmares, “informes” (sic) sobre empreendedorismo a comunidades e lideranças.

Quanto ao Balcão de Direitos, a SEIR informou que em 2014 tal iniciativa “estava em implantação” e o Programa de Proteção a Defensores dos Direitos Ameaçados não foi implantado, bem como o programa de inclusão digital para jovens e adultos quilombolas. A Delegacia Especializada em Conflitos Agrários, contudo, atuou em situações e regiões do Estado, acompanhando casos de conflitos, ameaças, invasão de territórios quilombolas e assassinatos.

A SEIR considera que o governo do Estado do Maranhão, para o período de 2012 a 2014, não dispõe de dados capazes de avaliar as políticas públicas direcionadas à população quilombola, além de mencionar a dificuldade da intersetorialidade, “desafios” (sic) relacionados à execução e à gestão político-administrativa do Estado (MARANHÃO, 2014).

Nessa mesma direção, encontra-se, o relatório de prestação de contas, a seguinte assertiva: “No eixo desenvolvimento local e inclusão produtiva, as informações obtidas precisam ser melhor trabalhadas para que se tenha um retrato efetivo das políticas executadas” (MARANHÃO, 2014, p. 36). Contudo, a SEIR considera já um avanço o recorte das políticas públicas direcionadas às populações quilombolas.

O único repasse do governo federal para o Estado do Maranhão, vinculado ao PBQ, ocorreu em 2011, quando foram transferidos para a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos o

montante de R\$ 145.432,50 para a ação de capacitação de agentes das comunidades quilombolas.

5. Avaliação do (não) acesso dos quilombos de Pinheiro às Políticas Públicas

Partindo de São Luís, capital do estado, a alternativa mais rápida para acesso à região é pela Baía de São Marcos. Para isso, é preciso tomar um *ferry-boat* na capital e, uma hora e meia de ondas agitadas e gritos dos passageiros depois, chegar ao porto do Cujupe, no município de Alcântara. De lá, é preciso tomar uma van, caso não tenha ido de carro, rumo à cidade de Pinheiro. A segunda parte da viagem tem entre uma hora e vinte minutos e duas horas de duração, a depender da estação e das condições da estrada.

Pinheiro é um município situado na mesorregião norte do Estado do Maranhão, na microrregião da Baixada Maranhense. A população da cidade em 2015, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 81.438 habitantes, sendo que quase 60% da população residem na área urbana do município. A renda per capita dos moradores é de R\$ 298,88 e 36,43% são considerados pobres e 19,22% extremamente pobres, de acordo com dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2013. Trata-se, assim, de um contexto socialmente vulnerável.

O clima na região é tropical úmido e é dividido pelos locais em duas “estações”: inverno - estação chuvosa, de janeiro a junho - e verão, de julho a dezembro, estação seca.

A região é formada, geologicamente, por uma depressão que concentra lagoas e campos alagadiços que se estendem por vários municípios da Baixada Maranhense. Durante o período chuvoso (“inverno”), os campos inundáveis formados por lagos e rios da região são unificados pela formação de um único corpo d’água, sendo utilizada ao longo do ano pelas populações locais para todas as atividades de trabalho e consumo, como pesca, lazer, criação de animais, dentre outras.

O principal rio da região é o Pericumã. A região da Baixada Maranhense é uma Área de Proteção Ambiental (APA) desde 1991, tendo o município de Pinheiro todo o seu território dentro da APA. Além disso, como grande parte do estado do Maranhão, a região está inserida na Amazônia Legal.

A região da Baixada Maranhense apresenta uma das maiores concentrações de comunidades quilombolas do país. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, há 2.648 comunidades certificadas no Brasil, sendo as maiores concentrações nos Estados da Bahia (660), com o maior número, e em seguida o Maranhão (594).

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, há dez comunidades certificadas no município e quatro com titulação da terra pelo ITERMA mesmo sem terem a certidão, o que mostra a importância de se conhecer, com mais propriedade, as histórias dos quilombos da região, que somam, segundo lideranças quilombolas, trinta e cinco comunidades.

O número oficial de comunidades, assim, está subestimado. Há comunidades que estão à espera de visita técnica do órgão (Pirinã), comunidades com titulação do território pelo Instituto Estadual de Colonização e Terras do Estado do Maranhão (ITERMA) sem certidão de reconhecimento da Fundação Palmares (Altamira, Cotovelo, Santo Ignácio, Rio dos Peixes) e comunidades que ainda não foram tituladas e nem solicitaram a certidão à Palmares.

5.1 Acesso das Comunidades Quilombolas de Pinheiro a Políticas Públicas

Vinte e sete comunidades responderam ao questionário para avaliar o acesso a políticas públicas e sociais direcionadas às comunidades quilombolas. As comunidades respondentes somam 1.842 famílias e 7.607 pessoas.

Das 27 comunidades que responderam ao questionário, 25 afirmaram se autointitular quilombola, o que equivale a 92,6% dos respondentes. Destas, apenas 29,6% possuem a Certidão da Fundação Cultural Palmares. Isso é coerente com a baixa demanda da região pela certidão, 35%. Ao serem inquiridos sobre a razão de não terem o documento, os seguintes aspectos foram apontados como óbices: “burocracia”; “pendências na documentação”; “falta de iniciativa de órgãos responsáveis”, “já foi feito o pedido, mas ainda não foi atendido”, “por falta de informação e ajuda para atender a certificação”; “faltam orientações de como fazer”; “porque se autodefiniram há pouco tempo como quilombola”; “primeira tentativa não foi aprovada” e “dificuldades na elaboração da solicitação”, além de variações.

As respostas demonstram ainda a significativa organização comunitária nas comunidades: 93,3%,8 possuem associações de moradores e, na maioria das vezes, registrada em cartório.

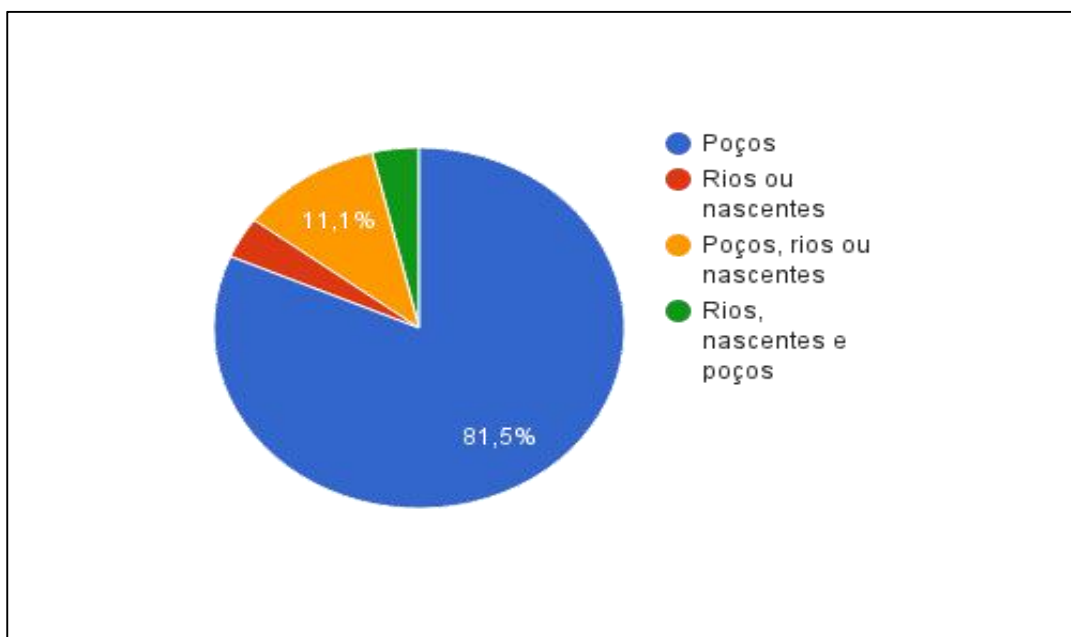
Apenas 26,9% das comunidades vivem em terras tituladas, o que ocorreu, sobretudo, por ação do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) ou por ser área de herança ou doação de particulares. Apesar disso, apenas 59,3% afirmaram ter solicitado a abertura de processo administrativo para regularização fundiária no Incra ou no Iterma.

Além disso, conflitos fundiários no território do Caruma, sobretudo na região de Sudário, estão a ser acompanhados de perseguições aos moradores e relatos de assassinatos na região.

Na construção das casas, por sua vez, buscou-se mapear os principais materiais utilizados. As comunidades apresentam um predomínio de casas de taipa, só havendo duas comunidades com predomínio de casas de alvenaria: Santana dos Pretos e Altamira. Ambas foram beneficiadas por projetos estaduais de construção de moradias em áreas rurais de “assentamento”. Com isso, verificou-se que em 81,4%% das moradias as casas são de taipa e só 10,5% das casas feitas de alvenaria, com o restante usando vários materiais.

A água é um dos maiores problemas das comunidades. Inexiste rede geral de abastecimento na zona rural de Pinheiro. As comunidades e povoados recorrem a poços rústicos (“cacimbão”) em sua esmagadora maioria, ou seja, 96,7%, mesmo quando também há a alternativa de riachos e nascentes. Assim, 3,7% das comunidades não dispõem de outra alternativa senão rios e nascentes. Problemas com a instalação de bombas nos poços, inexistência de água nas escolas municipais, impossibilidade de manter atividades produtivas em razão da falta de água são muito comuns. E isso mesmo nas comunidades às margens dos campos alagadiços da região, fonte de renda e água para muitas comunidades. Uma queixa recorrente refere-se à diminuição de fontes de água devido a desmatamentos da mata ciliar, processos atribuídos a agentes externos às comunidades.

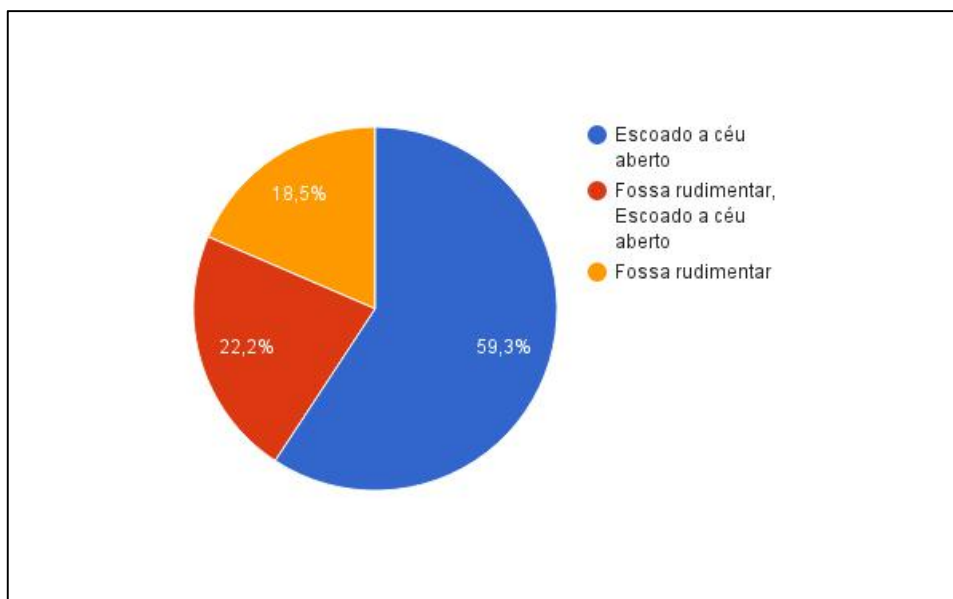
Figura II– A água consumida na comunidade é proveniente de:



Fonte: Elaboração própria

Condizente com pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais divulgada em 2015 pelo IBGE, em que se verificou que 70,4% das casas não possuem banheiro ou sanitário de uso exclusivo no interior das residências no Maranhão, constatou-se a precária infraestrutura sanitária nas comunidades quilombolas de Pinheiro. Com opção de resposta aberta, podendo o respondente assinalar mais de um campo, verificou-se que 59,3% do esgoto produzido pelas comunidades escoam a céu aberto ou são destinados ao que chamam na região de “cistina”, um recinto sem escavação próximo das habitações cuja privacidade é dada por uma divisória trançada com palha de palmeiras. 18,5% também fazendo uso de fossas rudimentares e 22,2% de fossas rudimentares com detritos escoando a céu aberto. Não há, em nenhuma das comunidades, rede de esgoto.

Figura III– O esgoto da comunidade é destinado a:



Fonte: Elaboração própria

O lixo produzido pelas comunidades, por sua vez, é queimado por 88,9% dos residentes, com os demais enterrando ou jogando em lixões. Nenhum povoado dispõe, portanto, de serviço de coleta de lixo.

Os postos de saúde no centro da cidade de Pinheiro são a referência para a maior parte dos moradores, 77,8%, com uma esmagadora maioria que também não tem acesso a tratamento dentário, 81,5%. Muitos dos povoados rurais do município são difíceis de serem acessados, seja pela inexistência de transporte coletivo, seja pelas condições da estrada, agravadas durante os períodos de chuva (dezembro a junho).

Figura III– Quando vocês precisam de médico



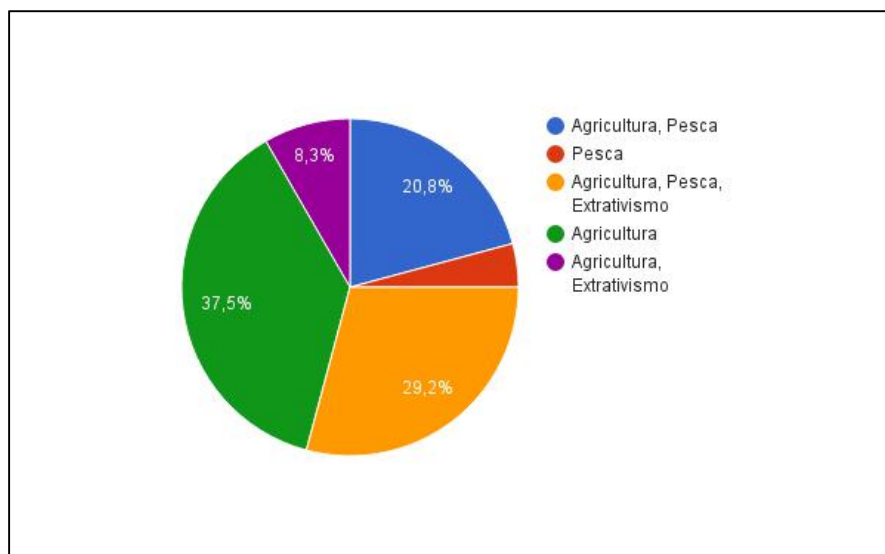
Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, todas as comunidades estão integradas ao sistema de transmissão de energia elétrica. Apesar disso, 66,7 % não usufruíam o desconto da Tarifa Social destinada à população de baixa renda e comunidades quilombolas.

Na maioria das comunidades, 96,3%, existe escola. Os principais níveis ofertados são o fundamental I (53,6%) e o fundamental completo (25%). Não havia, porém, nenhuma escola de ensino médio nas comunidades. Para cursar este segmento de ensino, as pessoas precisam migrar para a zona urbana de Pinheiro, para casa de conhecidos ou parentes, ou devem providenciar transporte próprio, geralmente uma motocicleta. Dentre as escolas existentes nos povoados, 63% informam receber material didático.

Seguindo o perfil da região, as fontes de rendimento das comunidades são a agricultura (37,5%), agricultura e pesca (20,8%), agricultura, pesca e extrativismo (29,2%).

Figura IV– Fontes de rendimento da comunidade



Fonte: Elaboração própria

Apesar disso, a assistência técnica governamental é praticamente inexistente, com apenas 7,4% apontando algum apoio para melhorar e aumentar a produção. Nenhuma das comunidades, além disso, destina ou vende o excedente de produção para a compra governamental por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, Pronaf ou Programa de Alimentação Escolar.

Há a percepção geral de que há a diminuição da produção, por motivos diversos. Mesmo o cultivo da mandioca para a produção de farinha, principal alimento da região, é apontado como menor do que outrora. Há comunidades que afirmam ter que comprar gêneros alimentícios básicos que já foram produzidos na região, como cheiro verde, abóbora e melancia.

Essa situação faz com que 70,4% das comunidades estejam em situação de insegurança alimentar. Apesar disso, só 51,9% recebem a cesta básica destinada às comunidades quilombolas pelo governo federal.

Por outro lado, o Programa Bolsa Família contempla 100% das comunidades, enquanto o Benefício de Prestação Continuada é acionado por metade dos povoados (55,6%).

Nesse contexto, os moradores informam que 63% das comunidades jamais recebeu uma visita de assistentes sociais para ações mitigadoras ou educacionais, sendo de total desconhecimento a presença de defensores públicos.

As condições de acesso às comunidades da região são, por sua vez, precárias. 66,7% das comunidades não têm estrada pavimentada ou em bom estado de conservação. É necessário destacar, nesse sentido, que consideram estrada em “bom estado de conservação” quando há abertura para o tráfego de veículos e a terraplanagem foi algum vez realizada. Não há nenhuma estrada vicinal para acesso às comunidades com pavimentação.

Diante da ausência de postura ativa do poder público, os quilombolas deslocam-se para a área urbana em busca de atendimento em órgãos públicos, mas 59,3 % apontam que só “às vezes” são bem atendidos pelos agentes públicos, com apenas 14,8% informando ser bem atendidos pelos órgãos governamentais e 25,9% afirmando não receberem um bom atendimento. Lideranças comunitárias relataram preconceito no atendimento, atribuído a roupas inadequadas ou percepção de agentes públicos que de seriam trabalhadores rurais. Nesse contexto, é interessante notar que algumas vezes os pesquisadores foram recebidos por pessoas vestidas com roupas cuja marca é conhecida por preço elevado no mercado brasileiro.

Verifica-se, diante dos dados, a ausência de ações do poder públicos nos mais variados aspectos da vida socioeconômica das comunidades quilombolas de Pinheiro, o que contribui para uma situação de grave insegurança alimentar em algumas comunidades e vulnerabilidade social generalizada.

Considerações Finais

O propósito inicial deste trabalho foi verificar o acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas de Pinheiro. Contudo, ao se diagnosticar o não acesso das comunidades da Baixada Maranhense a políticas públicas, constatou-se, inclusive, o ocaso, ao menos orçamentário, de políticas públicas com recorte racial no país no âmbito do governo federal.

Ao se avaliar a programação orçamentária do PBQ, verifica-se que o programa foi incluído na Lei Orçamentária Anual entre 2005 e 2011. Foi o período em que as ações governamentais consideraram o programa em suas atividades, planejamento, ações e funções orçamentárias e

administrativas. Com o plano plurianual Brasil Maior, no segundo governo de Dilma Rousseff, o PBQ foi descontinuado extra-oficialmente. Em 2013, quando o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas foi lançado, o programa já não existia na programação orçamentária do governo federal, pois havia sido diluído no Programa Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial, vigente no Plano Brasil Maior. O PBQ deixou de ser, portanto, um programa governamental, apesar da inclusão do tema em festividades e comemorações com o recorte racial promovidas pelo governo federal.

Quanto ao repasse de recursos aos governos estaduais e municipais, constata-se que isso raramente ocorreu. Os únicos repasses foram para Sergipe, Amapá, Bahia e Maranhão. Apesar disso, contudo, foram valores inferiores aos programados e para ações pontuais, não configurando ações estruturantes dos eixos da agenda social quilombola. Com isso, a realização de ações em âmbito estadual e municipal ficou comprometida.

Além disso, as reduções orçamentárias tiveram seu ápice em 2015, quando o orçamento do programa Enfrentamento ao Preconceito e Promoção da Igualdade Racial foi de pouco mais de sete milhões e meio de reais, dos quais quase 90% foram para as comunidades quilombolas. Trata-se, sob o ponto de vista orçamentário, do ocaso de políticas públicas com esse recorte.

Há, nesse sentido, um dispositivo de governo em operação que inclui simbolicamente as comunidades quilombolas e as exclui, efetivamente, das políticas públicas.

No Maranhão, o Comitê Gestor Estadual do Programa Brasil Quilombola foi criado em 2013, mas não teve existência efetiva, sendo as ações governamentais articuladas a partir da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR). Tratou-se de uma implantação tardia do programa, portanto. Quando o programa teve início no Maranhão, o PBQ já não tinha aporte de recursos na programação da LOA pelo governo federal há dois, o que repercutiu enormemente na execução das ações do governo do Estado.

O repasse do governo federal para o Estado do Maranhão, vinculado ao PBQ, ocorreu em 2011, para a capacitação de agentes das comunidades quilombolas. Não houve, novamente, ações estruturantes no âmbito do governo do estado.

Além disso, alguns aspectos devem ser destacados no âmbito estadual, como a inexistência de planejamento, a ausência de mecanismos de monitoramento das ações e de indicadores de desempenho. A própria SEIR reconhece, no balanço que faz do programa, a dificuldade em articular secretarias e órgãos governamentais para a consecução das ações e de questões mais elementares, como a disponibilidade de informações sobre as comunidades (MARANHÃO, 2014).

Com isso, a inexistência de políticas públicas nas comunidades quilombolas da Baixada Maranhense é parte desse contexto nacional e estadual em que ações governamentais com recorte racial são, simbolicamente, reconhecidas em seu potencial mitigador das desigualdades de grupos socialmente vulneráveis e parte, por outro lado, de um processo de instrumentalização de políticas públicas como técnica governamental para aproximação de movimentos sociais sem, efetivamente, melhorar as condições de vida de tais grupos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 43 – 81.

ALMEIDA, Maria da C. Pinheiro de. O movimento quilombola na Baixada Ocidental Maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal/RN. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2013. Disponível em:< http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343653_ARQUIVO_OMovimentoquilombolnaBaixadaMaranhense.pdf> Acesso em: 17/07/1014

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). **Caminhos Convergentes - Estado e Sociedade na Superação das desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, Action Aid, 2009, v. 1, p. 75-110.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Chamada Nutricional Quilombola 2006**. Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas**. Brasília, 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, 2013.

BRANDÃO, André; *et alii*. Avaliação Diagnóstica: acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS. **Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate**, n.º. 13, 2010. Disponível em: <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/33.pdf> Acesso em: 01 jul. 2014

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, p. 100-122.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

MARANHÃO (Estado). **Plano de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola/Maranhão**. São Luís, 2012.

MARANHÃO (Estado). **Plano de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola/Maranhão- Relatório Preliminar**. São Luís, 2014.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Brasil, 15, dez. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3258/2121>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, pp. 20-45.

TREVISAN, Andrei Pittol and VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2008, vol. 42, n.3, pp. 529-550.